

PROCESSO: 202100059000506

INTERESSADO: AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS - GOIASFOMENTO

ASSUNTO: Dispensa de Licitação para contratação de um novo pacote de dados e ligações de telefonia móvel.

DESPACHO GELIC Nº 004/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Trata este Processo das justificativas de Dispensa de Licitação, para contratação de empresa especializada em telefonia, para o fornecimento um novo pacote de dados e ligações de telefonia móvel para seis acessos e pacote móvel de modems de internet 4G, objetivando atender demandas da GoiásFomento, conforme justificativas sobre a necessidade da contratação, estampada no Memorando nº 180/2021–GEPAT (000019335009), oportunidade em que passamos a tecer as seguintes considerações:

Considerando que a contratação dos serviços de telefonia móvel pessoal, estampada no Memorando acima descrito, é considerada essencial e imprescindível para a GoiásFomento, dada a importância desses serviços para a comunicação dos Membros da Diretoria Executiva e Servidores da GoiásFomento, o que vem permitir desempenho satisfatórios de suas atividades operacionais.

Considerando as justificativas de alteração do pacote e consequentemente o cancelamento dos serviços contratados atualmente através da Ata de Registro de Preços SRP nº 006/2017, tendo em vista que os pacotes de dados oferecidos atualmente no contrato, tem sido considerados insuficientes para a demanda de nosso Diretor Presidente e dos outros Diretores, o que vem tornando inviável a participação deles em reuniões virtuais, entrevistas em eventos oficiais do Governo Estadual e nas demais atividades internas desta Agência.

Considerando que devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19, vem ocorrendo um significativo aumento na demanda de reuniões virtuais por meio de aplicativos, o que vem causando um significativo aumento do consumo de pacotes de dados móveis e ligações locais e interurbanas.

Considerando que a migração para o novo pacote de dados atende aos princípios da razoabilidade e economicidade, tendo em vista que os custos para a contratação do novo pacote móvel, propiciará uma significativa melhora dos serviços oferecidos aos usuários da GoiásFomento, devido a ampliação do fornecimento de ligações ilimitadas e pacote de dados de 30 GB para cada acesso.

Considerando que o Diretor Administrativo e Financeiro, através do Despacho nº 465/2021-DIRAF (000019441191), avaliou o pedido estampado no Memorando nº 180/2021-GEPAT, que solicita autorização para contratação de um novo pacote de dados e ligações móveis para seis acessos e pacote móvel de modems e internet 4G, manifestou favoravelmente ao pedido, remetendo os autos à Gerência de Licitação e Contratos-GELIC para que proceda com todos os trâmites necessários para o regular prosseguimento do processo de contratação, desde que atendidas todas as exigências e formalidades legais previstas na Lei.

Considerando as justificativas acima e a necessidade da contratação de empresa especializada no ramo da telefonia para o fornecimento um novo pacote de dados e ligações de telefonia móvel para seis acessos e pacote móvel de modems de internet 4G, a Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio providenciou cotação de preços junto às seguintes empresas:

1. **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, apresentou proposta de preço para prestação dos serviços de telefonia pelo valor global de **R\$13.018,68 (treze mil, dezoito reais e sessenta e oito centavos)** durante um período de 12 (doze) meses.
2. **CLARO S/A** apresentou proposta de preço para prestação dos serviços de telefonia pelo valor global de **R\$18.760,20 (dezoito mil, setecentos e sessenta reais e vinte centavos)** durante um período de 12 (doze) meses.
3. **TIM S/A** apresentou proposta de preço para prestação dos serviços de telefonia pelo valor global de **R\$16.793,28 (dezesseis mil, setecentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos)** durante um período de 12 (doze) meses.

Considerando o exposto nas cotações de preços anexadas aos autos, restou comprovado que a melhor proposta de preço apurada foi aquela apresentada pela empresa **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, pelo valor global de **R\$13.018,68 (treze mil, dezoito reais e sessenta e oito centavos)** durante um período de 12 (doze) meses.

Considerando que a referida contratação por meio desta **Dispensa de Licitação** cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, fatores que propiciam segurança jurídica da contratação, senão vejamos:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal pelo qual reza o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determina que as obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 13.303/2016, mais conhecida como Lei das Estatais, no caso da GoiásFomento foi criado recentemente o Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, no caso, as **Dispensas de Licitações** e as Inexigibilidades de Licitações. O presente procedimento, trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no **Art. 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**, onde se verifica ocasião em que é cabível a **Dispensa de Licitação**:

O Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A, estabelece o seguinte:

Art. 51 – A licitação poderá ser dispensada nas seguintes hipóteses:

I (...)

II Para outros serviços e compras de valor até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos neste Regulamento, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

Os atos em que se verifique a **Dispensa de Licitação** são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise do inciso II, inobstante o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no **Art. 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**, o que justifica a contratação direta.

O critério do menor preço deve presidir na escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do processo, pelo menos 03 (três) propostas de preço.

Finalmente, considerando que as despesas decorrentes desta Dispensa de Licitação, informada no Despacho nº 24/2021-ASTEC (000019451387), serão contabilizadas através da Rubrica Contábil da Dotação Orçamentária Conta nº 8.1.7.12.10.001.000-8 – DESPESAS DE COMUNICAÇÕES – TAXAS TELEFÔNICAS.

Esta Comissão, com base nas justificativas da GEPAT – Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio e nas considerações acima, **declara**, por meio deste Despacho, a **Dispensa de Licitação** para contratação da empresa **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, para prestação dos serviços de fornecimento de um novo pacote de dados e ligações de telefonia móvel para seis acessos e pacote móvel de modems de internet 4G, objetivando atender demandas de telefonia da GoiásFomento, pelo valor global **R\$13.018,68 (treze mil, dezoito reais e sessenta e oito centavos)** para um período de 12 (doze) meses. Fundamentação Legal: **Artigo 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A.**

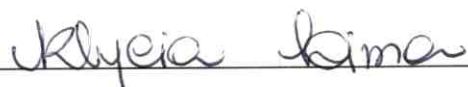
Diante do exposto, participamos que foram juntados todos os documentos necessários para instruir este procedimento.


Remetam-se os autos à GEJUD para o devido parecer jurídico e, após, ao Senhor Presidente para, caso assim entenda, autorizar a referida contratação nos termos das exposições acima.

JOHNILTON DE ALMEIDA E SILVA

Presidente da CPL

Membros:


01. Klycia Lima Soares


02. Petherson Santos Santana